

Sumário

Apresentação	xv
--------------------	----

TÍTULO I

CONSTITUCIONALISMO: HISTÓRIA - OLHOS NO PASSADO DESAFIOS - MÃOS NO PRESENTE E PERSPECTIVAS - PÉS NO FUTURO

O Constitucionalismo Monárquico Português. Breve Síntese.....	3
<i>António Manuel Hespanha</i>	
1. O pré-constitucionalismo	3
2. A Revolução constitucionalista de 1820 e as Bases de 1821	7
3. A Constituição de 1822.....	14
4. A Restauração e a outorga da <i>Carta constitucional</i>	27
5. O sistema constitucional da <i>Carta</i>	28
6. A Constituição de 1838.....	38
7. As transformações do Cartismo	39
8. Bibliografia citada.....	54
20 Anos da Constituição Democrática de 1988.....	61
<i>Carlos Roberto Siqueira Castro</i>	
Vinte Anos da Constituição de 1988: A Reconstrução Democrática do Brasil.....	71
<i>Luís Roberto Barroso</i>	
1. introdução: da vinda da família real à Constituição de 1988.....	71
2. Ascensão e ocaso do regime militar.....	73
3. Convocação e atuação da Assembléia Constituinte	75
4. O sucesso institucional da Constituição de 1988	77
5. Um balanço preliminar	78
5.1. Alguns avanços.....	78
5.2. Algumas circunstâncias.....	81
5.3. Alguns revezes.....	82
6. O desempenho das instituições	83
7. Conclusão.....	85
7.1. O que ficou por fazer	85
7.2. O que se deve celebrar	87
8. Bibliografia citada.....	87

TÍTULO II
DIREITOS HUMANOS E TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

El Concepto “Víctima de Una Violación de los Derechos” como Determinante para el Acceso al Tribunal Europeo de Derechos Humanos.....	93
<i>Lorenzo Martín-Retortillo Baquer</i>	
1. Introducción	93
2. Las “altas partes contratantes” obligadas a respetar el convenio.....	98
3. El papel de los particulares y la responsabilidad del Estado por omisión	100
4. Una opción para la Unión Europea	102
5. Los derechos y libertades definidos en el convenio. La ratificación de los protocolos y las reservas.....	103
6. ¿Quiénes son los titulares de los derechos y libertades que vinculan a los Estados? Especial referencia a los extranjeros.....	105
7. La presencia del extranjero en el territorio, como presupuesto.....	107
8. Organización No Gubernamental o grupos de personas	109
9. Organizaciones para la defensa de determinados intereses	112
10. La exclusión de los órganos públicos	114
11. ¿Hasta dónde llega el carácter público de algunos organismos? Posibles excepciones.....	116
12. Una sensible diferencia entre el sistema español y el del Convenio Europeo de Derechos Humanos	118
13. El concepto de “víctima de una violación de los derechos”	121
14. Bibliografía citada.....	127
Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: Jurisprudência do STF.....	131
<i>Flávia Piovesan</i>	
1. Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: Gênese e principiologia	131
2. O Estado Brasileiro em face do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos.....	136
3. A Hierarquia dos Tratados Internacionais de Proteção de Direitos Humanos à luz da Constituição Federal de 1988 e a Jurisprudência do STF	138
4. Bibliografia Citada.....	154
A Globalização e Exclusão: A Pobreza como Violação dos Direitos Humanos.....	157
<i>Lilian Balmant Emerique</i>	
1. Introdução.....	157
2. O fenômeno da globalização.....	158
3. O impacto sócio-econômico da globalização e seus reflexos no Direito	160
4. Globalização, exclusão social e pobreza.....	170
5. A pobreza como violação dos direitos humanos	175
6. Conclusão.....	182
7. Referência bibliográfica	182

TÍTULO III
DIREITOS FUNDAMENTAIS E ORDEM SOCIAL

O Neoliberalismo e a Chamada Constituição Europeia. A Morte Anunciada do “Modelo Social Europeu”	187
<i>Antônio José Avelãs Nunes</i>	
Glossário	219
Bibliografia citada.....	219
O direito a prestações de saúde: Complexidades, mínimo existencial e o valor das abordagens coletiva e abstrata.....	221
<i>Ana Paula de Barcellos</i>	
1. O direito constitucional a prestações de saúde. Algumas complexidades.....	221
2. Tentativa 1 de lidar com a questão: a construção de um mínimo existencial em matéria de prestações de saúde	226
3. Tentativa 2 de lidar com a questão: discutindo o direito a prestações de saúde sob as perspectivas coletiva e abstrata	235
4. Conclusão.....	246
5. Bibliografia citada.....	247
A Constituição de 1988 e o Direito à Educação	251
<i>André Ramos Tavares</i>	
1. Apresentação	251
2. Conteúdo do direito à educação como direito fundamental	251
3. Natureza do direito à educação na Constituição de 1988.....	254
1.1. A autonomia universitária como limite à intervenção estatal (liberdade educacional).....	255
4. O cumprimento pelo Estado do direito social à educação e as garantias institucionais	258
4.1. Vinculação de recursos financeiros e estabelecimento de prioridades para efetivar o direito à educação.....	260
4.2. Ações afirmativas, sistema de quotas e o direito à educação	261
5. A judicialização do direito à educação: aspectos de uma polêmica atual..	265
6. Referências bibliográficas	266
O Problema da Legitimidade Constitucional do Direito de Resistência	269
<i>José Carlos Buzanello</i>	
1. Introdução.....	269
2. Conceito e classificação do direito de resistência.....	270
2.1. A institucionalização da resistência.....	272
3. Da legitimidade político-jurídica da resistência	273
3.1. Da legitimidade política	275
3.2. Da legitimidade jurídica.....	280
4. Problema da legitimidade constitucional da resistência	282
4.1. O problema constitucional da resistência.....	283
4.2. Limites constitucionais da resistência	290
5. Direito de resistência na Constituição brasileira.....	295

5.1. Perspectivas constitucionais da resistência	298
5.2. Resistência implícita	303
5.3. Modo de exercício do direito de resistência.....	306
6. Considerações finais.....	308
7. Referências bibliográficas	313
Previdência Pública. Funcionários Civis Permanentes e a Administração Pública: Uma Questão Desafiante.....	317
<i>Maria Garcia</i>	
1. Uma comemoração sem causa: o IPESP.....	317
2. A “natureza híbrida da CLT. no serviço público” (Rigolin)	318
3. “Funcionários civis permanentes” e o Estado	320
4. “O que é Administração Pública?”	321
5. O alegado “déficit” dos regimes previdenciários e as alterações da Previdência Social pós – Constituição de 1988	322
5.1. A “propriedade social”	323
5.2. A propriedade de transferência	324
5.3. O direito à previdência social e as reformas da Constituição.....	325
5.4. O alegado déficit dos regimes previdenciários	327
5.5. A falácia do déficit previdenciário	330
6. As alterações da Previdência Social pós Constituição de 1988.....	332
6. Bibliografia citada.....	335
A Tutela Constitucional do Meio Ambiente no Brasil	337
<i>Sidney Guerra</i>	
1. Introdução.....	337
2. Antecedentes	340
3. A tutela constitucional do meio ambiente no Brasil	345
4. O meio ambiente como direito fundamental de terceira geração	351
5. A cláusula de abertura e o reconhecimento do meio ambiente como direito fundamental	360
6. Considerações finais.....	367
7. Referências bibliográficas	369

TÍTULO IV
DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Control de la Calidad de la Ley y Calidad del Control de la Ley.....	375
<i>Pedro Cruz Villalón</i>	
1. “Calidad de la ley” como canon de constitucionalidad.....	376
1.1. ¿Calidad de la ley como “categoría ómnibus” (<i>Sammelbegriff</i>)?	376
1.2. Calidad de la ley como “cualidad” de la ley	379
1.3. ¿Control de la calidad como control de la cualidad de ley?	380
2. Un caso: El artículo 112 LOPJ según la L.O. 2/2001: Un tercer modo de integración del Consejo General del Poder Judicial	382
2.1. La peripetia del artículo 122.3 de la Constitución.....	383

2.2. Preguntas con respuesta.....	386
2.3. Cuestiones abiertas	390
3. La calidad del control de la ley	391
3.1. La situación de partida: Una jurisdicción residual.....	392
3.2. Algunos posibles retoques en nuestro modelo de constitu- cionalidad	393
3.3. Algunos posibles retoques en el modo de integración del Tribunal Constitucional	395
4. Conclusión	397
5. Bibliografía citada	397